



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS**  
**HOSPITAL MUNICIPAL DJALMA MARQUES - HMDM**

**Minuta de contrato nº 3932236/2026 - HMDM**

**São Luís - MA, 13 de maio de 2026**

CONTRATO Nº

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 15201.000535/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE APARELHO DE ULTRASSONOGRAFIA E RAO X PORTÁTEIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL DJALMA MARQUES - HMDM, QUE ENTRE SI CELEBRAM O HMDM, E A EMPRESA XXXXXXXXXXXX, MEDIANTE AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES DORAVANTE ESTABELECIDAS.

**CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS**, por intermédio do HOSPITAL MUNICIPAL

DJALMA MARQUES - HMDM, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 07.008.865/0001-43, com sede nesta cidade, a Rua do Passeio, s/nº, Centro, nesta cidade de São Luís, capital do Maranhão, neste ato representado pelo seu titular Dr(a). Ilmara Arruda Pinho (Diretora Geral), portador da cédula de identidade sob nº. XXXXXXXXXXXX, XXXXXX, inscrito no CPF sob n. XXXXXXXXXXXX, matrícula nº XXXXXXXXXXXX, com endereço profissional sito na rua do Passeio s/ n Centro, em São Luís – MA.

**CONTRATADA:**....., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ (MF) nº XXXXXXXXXXX/000X-XX, com sede à \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_ neste ato representada na forma de seu Ato Constitutivo, pelo(a) Sr.(a). \_\_\_\_\_, brasileiro, (estado civil), (profissão/cargo/função), portador (a) da Carteira de Identidade nº. \_\_\_\_\_ expedida pela \_ e inscrito (a) no CPF (MF) sob o nº.: \_\_\_\_\_, residente e domiciliado(a) na cidade \_\_\_\_\_.

As CONTRATANTES tem entre si justo e avençado, e celebram o presente contrato, instruído no

Processo Administrativo nº 15201.000535/2026 que originou o Pregão Eletrônico nº ...../..... e Ata de Registro de Preços nº ...../ , mediante as cláusulas e condições seguintes:

## 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE APARELHO DE ULTRASSONOGRAFIA E RAO X PORTÁTEIS, de acordo com a estimativa média de consumo, especificações, quantitativos e condições constantes deste instrumento e seus anexos.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA - ESPECIFICAÇÕES/QUANTIDADES

Item	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QTD	PREÇO R\$	
				UNIT.	TOTAL
VALOR TOTAL					R\$ XXXXXXX

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, PRAZO, LOCAL DE ENTREGA E DO RECEBIMENTO.

3.1. A empresa CONTRATADA de menor preço global, para a aquisição dos equipamentos, deverá entregar o aparelho em até 30 (trinta) dias úteis após a assinatura do contrato.

3.2. A CONTRATADA deverá entregar os equipamentos em perfeitas condições de qualidade e confiabilidade, respeitados os prazos fixados e as normas técnicas vigentes, pertinentes as especificações constantes nesta Coleta de Preços;

3.3. Os equipamentos e acessórios devem estar acompanhado de nota fiscal de transporte, contendo número de série, quantidade, valor e manuais em língua oficial (Português);

3.4. Os equipamentos deverão estar devidamente embalado para assegurar a integridade do mesmo;

3.5. A empresa CONTRATADA responsabilizar-se por eventuais transtornos ou prejuízos causados a CONTRATANTE decorrentes de ineficiência, atraso ou irregularidade cometida na entrega dos equipamentos;

3.6. A CONTRATADA deverá fornecer treinamento e informações técnicas necessárias à operacionalização dos equipamentos, aos funcionários/usuários dos equipamentos, caso seja necessário, a combinar com a área técnica, após a entrega e instalação dos equipamentos;

3.7. O prazo para montagem, instalação e configuração plena dos equipamentos no Hospital Municipal Djalma Marques (HMDM) é de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da entrega física do objeto.

3.8. Do local da entrega: O objeto deverá ser entregue nas dependências do Hospital Municipal Djalma Marques, localizado na Rua do Passeio, S/Nº - Centro – CEP: 65015-370 – São Luís/MA.

3.9. A empresa deverá corrigir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados da convocação pelo Hospital Municipal Djalma Marques (HMDM). O prazo estabelecido acima poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada pela empresa vencedora, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceito pela Autoridade Competente.

3.10. O recebimento do objeto está condicionado à conferência, avaliações qualitativas e aceitação final, obrigando-se a empresa vencedora a reparar e corrigir os eventuais vícios, defeitos ou incorreções porventura detectados, na forma prevista no Termo de Referência, na Lei nº 14.133/2021 e no Código de Defesa do Consumidor, em tudo o que couber.

3.11. Provisoriamente: Ocorrerá no ato da entrega dos equipamentos no HMDM, mediante termo circunstanciado lavrado pelo Fiscal do Contrato ou comissão designada, para fins de conferência da integridade física e conformidade com as especificações técnicas.

3.12. Definitivamente: O recebimento definitivo ocorrerá em até 10 (dez) dias corridos após o recebimento provisório, mediante termo de aceitação detalhado, após a realização de testes de funcionamento, instalação técnica e a comprovação do treinamento operacional das equipes, conforme exigido no Termo de Referência.

3.13. Na hipótese de a verificação a que se refere o item acima não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

3.14. O aceite/aprovação do objeto pelo Hospital Municipal Djalma Marques – HMDM, não exclui a responsabilidade civil, nem ético-profissional da CONTRATADA por vícios de quantidade ou qualidade do objeto ou disparidade com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se a este Hospital.

#### 4. CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

4.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato.

4.2. Por se tratar de um contrato de aquisição de bem com entrega única, a contratação não é de natureza continuada.

4.3. O prazo de 12 (doze) meses estabelece o limite de tempo para o cumprimento de todas as obrigações contratuais, incluindo: a entrega e instalação do equipamento, os procedimentos de recebimento provisório e definitivo, o pagamento e a gestão inicial da garantia do equipamento.

#### 5. CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR

5.1. O Valor total do seguinte contrato importa em **R\$ XXX.XXX,XX (xxxxxxxxx)**.

#### 6. CLÁUSULA SEXTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes do presente processo correrão à conta dos recursos previstos no orçamento vigente:

<b>Unidade Orçamentária</b>	
<b>Projeto Atividade</b>	
<b>Natureza de Despesas</b>	
<b>Fonte do Recurso</b>	
<b>Ficha</b>	
<b>Nota de Empenho</b>	

#### 7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

I - O pagamento será efetuado mediante a apresentação da seguinte documentação:

a) Nota fiscal/ fatura discriminatória, em via única, devidamente atestada.

b) CRF – Certidão de Regularidade de FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal, e;

c) Certidão de quitação de Tributos Federais, Estaduais e Municipais, na sede da contratada;

d) Certidão negativa de débitos junto à Justiça do Trabalho.

II - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos em conta corrente da contratada, contados a partir da apresentação da nota fiscal/fatura, devidamente atestada;

III - O CNPJ constante da nota fiscal eletrônica / fatura deverá ser o mesmo indicado na proposta comercial;

IV - No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, estes serão retornados ao fornecedor para as correções necessárias no prazo de 3 (três) dias, sendo devolvidos no mesmo prazo, não respondendo a Administração por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes;

V - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

a) A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

VI - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

a)  $EM = I \times N \times VP$ , sendo;

b) EM = Encargos moratórios;

c) N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

d) VP = Valor da parcela a ser paga;

e) I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado.

I = (TX)	I =	(6 / 100)	
----------	-----	-----------	--

365

I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%

## 8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta e art. 92, inciso II, da lei 14.133/21, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.2. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

8.1.3. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.4. Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, a contar da notificação, documentação atualizada de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas.

8.1.5. A contratada deverá garantir assistência técnica autorizada e local (na região/cidade). Em caso de necessidade de retirada do equipamento para conserto que ultrapasse o prazo de 24 horas, a contratada deverá fornecer equipamento reserva de especificações iguais ou superiores.

8.2. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

8.3. Responsabilizar-se pelos encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação, e ainda pelos encargos trabalhistas, previdenciários e obrigações sociais em vigor, impostos, tributos e contribuições, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus funcionários não manterão qualquer vínculo empregatício com o CONTRATANTE;

8.4. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE;

8.5. Não sub contratar, total ou parcialmente, o objeto desta contratação;

8.6. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias no fornecimento, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

8.7. Informar, por escrito e de imediato, ao Contratante, qualquer alteração em seu endereço ou telefone, com a finalidade de assegurar rápida comunicação entre Contratante e Contratada.

8.8. São expressamente vedadas à **CONTRATADA**:

8.8.1. A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da CONTRATANTE;

8.8.2. A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou de ocupante de cargo em comissão, assim como de seu cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, durante a vigência deste contrato;

8.8.3. Responder pela recuperação de ambientes internos e externos, da CONTRATANTE ou de terceiros, que tenham sofrido algum tipo de intervenção pela CONTRATADA em razão da entrega do objeto;

8.9. A contratada está vinculada ao disposto no Edital de licitação e a proposta apresentada, nos termos do art. 92, inciso II, da lei 14.133/21;

8.10. Fica obrigado a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta, com fulcro no artigo 92, XVI, da lei n.º 14.133/21;

8.11. Fica a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, com fulcro no artigo 92, XIVII, da lei n.º 14.133/21.

8.12. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

8.13. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

## 9. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da contratante em consonância com o **art. 92, X, XI E XIV da Lei nº 14.133, DE 2021.**

I – Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

II – Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

III – Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

IV – Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

V – Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

VI – A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – DOS CASOS OMISSOS

10.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990, Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO INADIMPLEMENTO E DAS SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) Multa:

(1) moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

(2) moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 15% (quinze por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

11.3. O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(3) compensatória de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

11.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.10. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.12. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de

Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido: Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos; Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; Indenizações e multas.

12.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

## 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

I - Nos termos do artigo 117 da lei nº 14.133/2021, a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

II - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da lei 14.133/2021.

III - Os gestores e fiscais de contratos, bem como seus substitutos, serão representantes da Administração designados pela autoridade máxima do órgão ou entidade — ou por autoridade delegada conforme as normas de organização administrativa. O exercício de suas funções observará estritamente as exigências do art. 7º da Lei nº 14.133/2021 e os requisitos do art. 10 do Decreto nº 11.246/2022.

IV - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

V - O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei



nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

VI - O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

#### 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO REAJUSTE

I - Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

II - Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

III - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

IV - No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

V - O reajuste será realizado por apostilamento.

VI - Nos termos do art. 92, inciso X, e dos arts. 131 e 135 da Lei nº 14.133/2021, fica assegurada às partes a possibilidade de revisão contratual nas hipóteses de fato imprevisível, ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como em situações que alterem significativamente as condições de execução originalmente pactuadas, de modo a restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. A revisão poderá ser solicitada por qualquer das partes, mediante comprovação dos elementos que a fundamentam, devendo ser formalmente instruída e submetida à análise técnica, jurídica e orçamentária competente, observando-se os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, transparência e interesse público.

#### 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS DOCUMENTOS ESSENCIAIS

15.1. Faz parte integrante deste contrato o seguinte documento:

a) Termo de Referência,

b) Proposta da contratada,

c) Edital.

#### 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Registros que não caracterizem alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO E DO REGISTRO

17.1. A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela **CONTRATANTE**, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento pelo setor competente.

**18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA GESTÃO DO CONTRATO** (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei nº 14.133/21).

18.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

18.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

18.3. Os gestores e fiscais de contratos, bem como seus substitutos, serão representantes da Administração designados pela autoridade máxima do órgão ou entidade — ou por autoridade delegada conforme as normas de organização administrativa. O exercício de suas funções observará estritamente as exigências do art. 7º da Lei nº 14.133/2021 e os requisitos do art. 10 do Decreto nº 11.246/2022.

18.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput):

18.4.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

18.4.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

18.5. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

18.6. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

18.7. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput):

18.7.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

18.8. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

18.9. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §1º).

18.10. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN 5/2017, art. 44, §1º).

18.11. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

18.12. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

## 19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

19.1. Fica eleito o foro da comarca de São Luís, capital do Estado do Maranhão, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

E, assim, por estarem de acordo, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito.

## 20. PLANILHA DESCRITIVA DO EQUIPAMENTO E ORÇAMENTÁRIA

ITEM 01 - ULTRASSOM PORTÁTIL			
	ESPECIFICAÇÃO DESEJADA	QUANT.	VALOR
Geral/Estrutura	Alta resolução e desempenho, peso máx. de 6,5 kg, Tela de no mínimo 15” (LED).	01	R\$ xxx.xxx,xx
Modos de Imagem	2D (Modo B), Modo M, Doppler Colorido, Pulsado (PW), Power Doppler, S-Flow ou equivalente, elastografia quantitativa, Modo 3D/4D.		
Tecnologias	Filtros de redução de ruído, funções automáticas de otimização, Modo Full Screen.		
Sondas (Transdutores)	Mínimo de 3 sondas: 1 Convexa (2–5 MHz), 1 Linear (7–15 MHz), 1 Setorial Cardíaca (1–4 MHz).		
Armazenamento/Conectividade Tecnologias	Mín. 256 GB SSD, Mín. 2 portas USB, HDMI ou DVI,  Compatibilidade DICOM 3.0, Conexão Ethernet e/ou Wi-Fi.		
Recursos Adicionais	Bateria interna (autonomia mín. 1h), Teclado retroiluminado, Função NeedleGuide ou similar, Software AutoIMT, Suporte a laudos estruturados, Carrinho móvel com rodízios		

## ITEM 02 - RAO X PORTÁTIL

	<b>ESPECIFICAÇÃO DESEJADA</b>	<b>MÍNIMA</b>	<b>QUANT.</b>	<b>VALOR</b>
Comando/Gerador	Potência mín. 32kW, Sistema de Controle microprocessado.		01	R\$ xxx.xxx,xx
Parâmetros	kV: 40kV a 125kV (mín. 23 passos); mA: mín. 300 mA; mAs: 0,5 a 280mAs; Tempo de exposição: mín. 4 ms.			
Estrutura	Cabo disparador (mín. 3m), Cabo de rede (mín. 4m), Conexão via tomada simples 3 pinos.			
Tubo/Colimador	Ânodo giratório (mín. 2.800 RPM), Foco duplo (máx. 1,5mm e 0,7mm) ou único (0,8mm), Capacidade calórica do ânodo: mín. 105kHU, Colimador manual com campo luminoso, Rotação do campo de radiação mín. 90 graus.			
Estativa	Braço articulado pantográfico ou telescópico			
<b>TOTAL: R\$ XXX.XXX,XX</b>				

São Luís (MA), \_\_\_\_\_de\_\_\_\_\_de 2026.

**Ilmara Arruda Pinho**  
Diretora Geral HMDM  
Matrícula nº 6.467.746

**CONTRATANTE**

**Empresa**  
**CONTRATADA**

**TESTEMUNHA:**

**TESTEMUNHA:**

**ELABORADO:**

**Eloides Carneiro de Abreu**

Assistente Técnica/HMDM



Documento assinado eletronicamente com login e senha por **eloides.abreu, Administrativo**, em 15/05/2026, às 14:46, conforme Lei N° 14.063, de 23 de setembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.saoluis.ma.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=1](https://sei.saoluis.ma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador **3932236** e o código CRC **BA48FA42**.

Processo nº: 15201.000535/2026

Documento nº: 3932236v2 - HMDM